



Revista Brasileira de História das Religiões

ISSN
1983-2850

SÃO LUÍS-MA | VOLUME 19 | NÚMERO 55 | JANEIRO-ABRIL 2026

CHAMADA TEMÁTICA - Fé e festas negras e afro-indígenas

 <https://doi.org/10.18764/1983-2850v19n55e28556>

Uma polifonia de valores, símbolos e comportamentos: festas e celebrações do associativismo negro em Sabará (MG) no imediato pós-abolição

Jonatas Roque Ribeiro

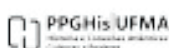
Professor Assistente da Universidade Federal do ABC (UFABC), São Bernardo do Campo, São Paulo, Brasil.

 <http://lattes.cnpq.br/5705471852776970>

 <https://orcid.org/0000-0001-5074-4401>

 jonatas.ribeiro@ufabc.edu.br

RECEBIDO | 20 jan. 2026 – APROVADO | 10 abr. 2025



Resumo

O artigo analisa as festas negras no imediato pós-abolição a partir das experiências do associativismo negro em Sabará, na região central de Minas Gerais, nas décadas de 1880 e 1890. O objetivo é compreender os significados culturais e os sentidos políticos atribuídos às celebrações do 13 de Maio e às festas religiosas promovidas pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, situando-as como espaços privilegiados de sociabilidade, disputa e ação política das populações negras. Com base na análise dos livros de atas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e, sobretudo, da imprensa local, examinamos as diferentes, e por vezes contraditórias, leituras, sentidos e significados que os participantes dessas festas construíram e atribuíram às múltiplas experiências do festejar. Argumenta-se que essas manifestações não podem ser compreendidas como eventos homogêneos ou desprovidos de densidade política, mas como campos simbólicos marcados por polifonia de valores, conflitos e negociações em torno de noções de cidadania, liberdade jurídica e igualdade formal. O estudo evidencia, assim, como o direito de festejar constituiu uma dimensão fundamental das lutas por participação política e pertencimento social no pós-abolição.

Palavras-chave: festas negras; associativismo negro; pós-abolição; Sabará (Minas Gerais).

A polyphony of values, symbols, and practices: festivals and celebrations of black associational life in the post-abolition (Sabará/Brazil)

Abstract

This article analyzes Black festivals in the immediate post-abolition period through the experiences of Black associational life in Sabará, Brazil, during the 1880s and 1890s. Its objective is to examine the cultural meanings and political senses attributed to the celebrations of 13 de Maio and to the religious festivals promoted by the Brotherhood of Nossa Senhora do Rosário, framing them as privileged spaces of sociability, dispute, and political action among Black populations. Based on the analysis of the minute books of the Brotherhood of Nossa Senhora do Rosário and, above all, the local press, we examine the different, and at times contradictory, readings, meanings, and interpretations that the participants of these festivals constructed and attributed to the multiple experiences of celebration. The article argues that these manifestations cannot be understood as homogeneous events or as devoid of political density, but rather as symbolic fields marked by a polyphony of values, conflicts, and negotiations surrounding notions of citizenship, legal freedom, and formal equality. The study thus demonstrates how the right to celebrate constituted a fundamental dimension of struggles for political participation and social belonging in the post-abolition context.

Keywords: black festivals; black associational life; post-abolition; Sabará (Brazil).

Una polifonía de valores, símbolos y prácticas: fiestas y celebraciones del asociacionismo negro en Sabará (Brasil) en el período inmediatamente posterior a la abolición

Resumen

Este artículo analiza las fiestas negras en el período inmediatamente posterior a la abolición a partir de las experiencias del asociacionismo negro en Sabará, Brasil, durante las décadas de 1880 y 1890. El objetivo es comprender los significados culturales y los sentidos políticos atribuidos a las celebraciones del 13 de Mayo y a las fiestas religiosas promovidas por la Hermandad de Nuestra Señora del Rosario, situándolas como espacios privilegiados de sociabilidad, disputa y acción política de las poblaciones negras. Con base en el análisis de los libros de actas de la Hermandad de Nuestra Señora del Rosario y, sobre todo, de la prensa local, se examinan las diferentes – y en ocasiones contradictorias – lecturas, sentidos y significados que los participantes de estas fiestas construyeron y atribuyeron a las múltiples experiencias del festejar. Se sostiene que estas manifestaciones no pueden comprenderse como eventos homogéneos ni desprovistos de densidad política, sino como campos simbólicos marcados por una polifonía de valores, conflictos y negociaciones en torno a nociones de ciudadanía, libertad jurídica e igualdad formal. El estudio evidencia, así, cómo el derecho a festejar constituyó una dimensión fundamental de las luchas por la participación política y la pertenencia social en el posabolición.

Palabras clave: fiestas negras; asociacionismo negro; posabolición; Sabará (Brasil).

Introdução

O tema da festa, mais especificamente das festas negras ou daquelas promovidas por e para indivíduos e grupos das populações negras, tem sido objeto de discussão na historiografia sob diversos ângulos há algum tempo (Abreu, 1999; Albuquerque, 1999; Cunha, 2002). Nas últimas duas décadas, contudo, novos estudos têm problematizado essa temática de maneira mais ampla, ao situar questões de ordem política, historiográfica e metodológica. Essas abordagens têm recorrido a diálogos interdisciplinares com a antropologia, a sociologia, a linguística, entre outros campos; bem como a interlocuções horizontalizadas com movimentos sociais e comunidades tradicionais e religiosas, abrindo espaço para outras possibilidades de operações epistemológicas sobre o tema (Cunha, 2016; Rascke; Pinheiro, 2016; Abreu, 2017; Abreu; Xavier; Monteiro; Brasil, 2018; Rodrigues; Silva, 2020; Albuquerque; Sampaio, 2021; Ribeiro; Costa, 2024).

Os estudos sobre a história do associativismo negro, em suas diferentes modalidades e em distintas cronologias, têm oferecido perspectivas historiográficas inovadoras para a compreensão das festas negras (ver, por exemplo, Vargas; Domingues, 2025). Nessa bibliografia recente, em que pese a diversidade de abordagens, emergem interpretações fecundas acerca da própria noção de festa negra e das formas pelas quais ela tem sido incorporada ao debate historiográfico. Tais perspectivas interpretativas reconhecem que, no âmbito do associativismo negro, as experiências em torno das festas constituíram historicamente um campo plural e polifônico de sociabilidades verticais e horizontais, atravessado por conflitos e diferenças. A partir dessa perspectiva, compreende-se que as festas negras não assumiram sentidos unívocos ou totalizantes para seus participantes, uma vez que, mesmo compartilhando um mesmo evento, estes lhe atribuíam significados radicalmente distintos. Desse modo, as festas negras são pensadas a partir da dinâmica política e cultural das próprias experiências associativas nas quais foram forjadas ou reatualizadas.

Faz-se necessário, contudo, explicitar com maior precisão o que se entende, neste trabalho, por associativismo negro na investigação do tema das festas negras. O associativismo negro constituiu um fenômeno social complexo e multifacetado, informado por lógicas específicas que variaram segundo contextos geográficos e históricos diversos. Marcado por múltiplas dimensões culturais, não apresentou uma evolução linear nem seguiu modelos previamente estabelecidos, tendo sido forjado no interior das experiências vividas por sujeitos, grupos e comunidades das populações negras. Pode ser compreendido, assim, como a dimensão coletiva de espaços e práticas associativas constituídos por pessoas negras, orientados para a formulação e o enfrentamento de interesses políticos e de questões sociais próprias.

Trata-se de uma categoria analítica formulada no campo das humanidades por estudiosos dedicados à história das coletividades negras. Diferentemente de expressões como “clubes negros”, empregadas pelas próprias pessoas negras para nomear e definir seus espaços associativos, o termo associativismo negro foi elaborado com certo distanciamento em relação às experiências vividas desses sujeitos. Constitui, assim, um recurso conceitual dotado de capacidade heurística para abarcar as trajetórias de espaços e práticas associativas surgidas desde o final do século XIX até o tempo presente. Nesse sentido, associativismo negro e festas negras não são conceitos intercambiáveis. Embora integrem um mesmo universo cultural, dizem respeito a

experiências sociais distintas. As festas negras configuram uma modalidade do associativismo negro, mas este não se restringe às suas práticas culturais.

Construir distinções entre as categorias de associativismo negro e festas negras, que se aproximam e se afastam em diversos aspectos, constitui um exercício teórico-metodológico fundamental para a compreensão dessas experiências complexas e diversificadas, bem como dos múltiplos sentidos políticos e simbólicos atribuídos a esses espaços enquanto lugares de constituição de identidades de seus integrantes. O associativismo negro, de fato, fomentou a elaboração de valores, costumes e normas cotidianas que orientavam o comportamento de homens e mulheres em seus espaços e práticas associativas, ao mesmo tempo em que viabilizou a construção de instâncias de defesa e de exercício de determinadas concepções de cidadania e de direitos.

São justamente as experiências e os significados das festas negras, vivenciados por diferentes sujeitos no âmbito de algumas modalidades do associativismo negro – em especial o associativismo confrarial – em Sabará, na região central de Minas Gerais, nas décadas de 1880 e 1890, que constituem o objeto de investigação deste estudo. Seguindo a observação de Cunha (2002), a noção de festas negras acionada aqui refere-se menos a uma compreensão das celebrações como totalidades coerentes em seus significados ou como espaços de continuidades e permanências de distintas tradições culturais, e mais às experiências, expectativas, sentidos e demais dimensões que levaram homens e mulheres a participar de suas múltiplas e variadas celebrações. Nessa perspectiva, a essência – entendida também como o significado – da ideia de festas negras fundamenta-se na ação “dos sujeitos, das tensões, da constituição de relações e das formas pelas quais, em ocasiões privilegiadas em que se costuma encenar um risonho conagração, processa-se um diálogo social tenso e intenso” (Cunha, 2002, p. 17).

As comunidades vinculadas ao associativismo negro por nós estudadas adotaram maneiras próprias de encarar e interpretar suas festas, o que as transformava continuamente em espaços de sociabilidade, de disputas e de tensões, mas, sobretudo, de polifonia de valores e de significados políticos. Nessa lógica, a noção de festas negras aparece menos como um conceito fechado e mais como um campo de discussão, voltado a evidenciar a pluralidade de manifestações, de sentidos políticos e de significados culturais que essas experiências podiam comportar. Assim, ao estudar as festas negras a partir das experiências do associativismo negro, buscamos investigar os “elementos, rituais, significados, atributos, processos de hegemonia, formas de transmissão e troca simbólica” (Cunha, 2002, p. 18), formulados e mobilizados, com múltiplas finalidades, pelos participantes das variadas formas de celebração vivenciadas em Sabará no final do século XIX.

O artigo está organizado em duas partes, cada uma dedicada à análise de um conjunto específico de festas negras e de suas celebrações: as festas religiosas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Sabará e as comemorações do 13 de Maio, efeméride dedicada à abolição da escravidão, ocorrida em 1888. Em suas particularidades, as diversas manifestações presentes nessas celebrações revelavam um engajamento significativo de seus participantes com questões mais amplas, relacionadas à política partidária, à participação eleitoral, aos conflitos na organização das relações nos mundos do trabalho, bem como às disputas em torno de concepções de direitos, de cidadania e de projetos de nação.

Seguindo lógicas próprias de participação política, não apenas no sentido de ocupar o espaço público, mas também de transformá-lo em um lugar de reivindicação de demandas sociais, os santos, as crenças, as tradições, as efemérides e as instituições celebradas nessas festas re-

velam a importância dessas manifestações para a conformação de projetos de participação, ou de exclusão, de amplos setores da população. Tais expectativas não se limitavam à arena da institucionalidade política, mas alcançavam igualmente espaços mais amplos de debate público. Com base na análise dos livros de atas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e, sobretudo, da imprensa local, examinamos as diferentes – e por vezes contraditórias – leituras, sentidos e significados que os participantes dessas festas construíram e atribuíram às múltiplas experiências do festejar.

“Antiga tradição herdada dos nossos antepassados”

As notícias e a recepção da promulgação da Lei de 13 de maio de 1888 foram alvo de distintas manifestações em Sabará. Devido à morosidade dos Correios, unida à ausência do telégrafo e de uma estação ferroviária, tecnologias então associadas à modernidade e amplamente utilizadas pelos movimentos abolicionistas, a cidade só tomou conhecimento da abolição nos dias posteriores ao 13 de maio. Enquanto a população das capitais e das cidades mais populosas do Império comemorava a publicação da lei que extinguiu a escravidão, os sabarenses aguardavam com ansiedade a chegada das novidades. As comemorações na cidade tiveram início no dia 16 de maio e se estenderam ao longo do restante do mês.

O abolicionismo em Sabará foi construído e interpretado com finalidades distintas por diferentes grupos sociais. De maneira semelhante, as festas da abolição também assumiram significados variados. Logo após a chegada da notícia à cidade, membros das classes dirigentes organizaram uma “passeata musical com girândolas de foguetes e iluminação à noite” (Homenagem [...], 1888, p. 1). A multidão presente foi brindada com discursos e com a recitação da poesia 13 de Maio, de autoria de Francisco da Silva Lobo, que exaltava a abolição da escravidão e seus significados políticos e morais:

“Acendeu brilhante luz
O farol da redenção
Na terra de Santa Cruz
Não há mais escravidão!”
(Homenagem [...], 1888, p. 1)

Os versos aludiam à redenção da nação da mácula da escravidão, apontando para um suposto caminho de progresso e modernidade, mas não expressaram o papel das populações negras nesse processo. Tal silenciamento, contudo, não impediu que a “multidão” presente ao evento elaborasse interpretações próprias acerca dos significados políticos da abolição e das festas do 13 de Maio. Segundo a imprensa, “o povo em massa” promoveu “entusiásticos vivas ao ministério João Alfredo, ao deputado Joaquim Nabuco, à imprensa de [José do] Patrocínio”, mas também destacou nomes e ações consideradas relevantes para a abolição em Sabará, como foi o caso do rábula e abolicionista negro Bento Epaminondas, que “tanto serviço prestou à raça negra e à sua pátria” (Homenagem [...], 1888, p. 1).

Essas comemorações, todavia, coincidiram com a realização da tradicional festa do Divino Espírito Santo, organizada naquele ano pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Sabará. Entre os dias 13 e 27 de maio, os festejos da abolição misturaram-se às celebrações do Divino, o que transformou o 13 de Maio em “uma festa popular inesquecível para os sabarenses”, segundo

a observação da imprensa (As festas [...], 1888, p. 1). Os integrantes da confraria e da Sociedade Emancipadora de Sabará – esta última criada em janeiro de 1888, no contexto do ocaso da escravidão e do recrudescimento das movimentações abolicionistas locais – aproveitaram a feliz coincidência para promover um evento de grandes proporções. Suas ações foram informadas por expectativas e anseios relacionados à abolição e à construção de uma sociedade que reconhecesse as populações negras como cidadãos plenos, e não como “libertos”, “ex-escravos” ou “egressos do cativoiro” (As festas [...], 1888, p. 1).

A lista de atividades foi extensa, e a população sabarense teve à sua disposição um repertório variado de festejos, conforme registrou a imprensa. As irmandades negras de Nossa Senhora do Rosário, de Nossa Senhora das Mercês e de São Francisco celebraram “um solene Te Deum em ação de graças pela extinção da escravidão”. Houve ainda um “bem concorrido e animado bando de mascarados”, que auxiliou o “imperador do Espírito Santo a distribuir o pão do Divino” pelas principais ruas da cidade. Para os mais religiosos, realizaram-se “missas cantadas” diariamente “nas igrejas do Rosário e de Santa Rita”. Os foliões, por sua vez, esbaldaram-se com as “cavalhadas no largo da Matriz, espetáculos teatrais, leilão de prendas e vistosos fogos de artifício” (As festas [...], 1888, p. 1). Foi, contudo, no domingo, 27 de maio, que ocorreram as principais confraternizações do que a imprensa denominou “festas da liberdade”:

Durante todo o dia foi notável a concorrência de povo no largo do Rosário guardando sempre a maior ordem. De quando em quando passavam grupos dando vivas entusiásticos à S. A. Imperial e aos heróis da abolição. Tocou ali a banda de música. Às 19 horas passaram os alunos do Externato e Escola Normal trazendo o estandarte respectivo e acompanhados da banda de música. Em frente à redação d'*A Folha Sabarense* foram levantados vivas aos redatores. Às 20 horas desfilou uma vitoriosa *marche aux flambeaux* composta das irmandades do Rosário, São Francisco, Mercês, precedidas pela Sociedade Santa Cecília. O préstito compunha de mais de 200 pessoas, em sua grande maioria libertos, todas elas empunhando galhardetes e balões de cores, que produziu um efeito surpreendente. A banda de música ofereceu uma polca aos abolicionistas locais. Passaram ainda vários grupos aos vivas entusiásticos, vitoriando os abolicionistas que tanto fizeram pela liberdade da pátria (As festas [...], 1888, p. 1).

Ainda que essa tenha sido uma ocasião excepcional, não era incomum para os sabarenses presenciar a realização de festas religiosas associadas a mobilizações políticas, sobretudo no caso da Festa do Rosário, organizada por sua irmandade homônima. A historiografia tem demonstrado que a celebração do padroeiro constituiu a principal atividade das irmandades leigas. Segundo Reginaldo (2011, p. 186), tratava-se do “momento mais notável, de maior mobilização e visibilidade pública dos confrades. Nas ocasiões festivas, as confrarias negras tinham a oportunidade de marcar um lugar de distinção na sociedade”. Em Sabará, a Festa do Rosário foi considerada por seus contemporâneos como a de maior concorrência ao longo do século XIX. Nessas ocasiões, o largo do Rosário costumava abarrotar-se de barracas, divertimentos e públicos diversos, evidenciando a centralidade social, simbólica e política da celebração no cotidiano urbano da cidade.

O largo do Rosário constituiu um dos principais espaços públicos da cidade desde o século XVIII, a ponto de se afirmar, ao longo do tempo, como sede do poder político local. A ampla praça era circundada pelos edifícios da Câmara Municipal, da Cadeia e da igreja de Nossa Senhora do Rosário, além de algumas casas de particulares, entre as quais se destacava o imponente palacete do comerciante português Manoel Antônio Pacheco, o barão de Sabará. No largo situava-se

ainda o chafariz do Rosário, construído em 1752, “onde toda gente de todo tipo ia abastecer-se das suas águas” (Almeida, 2010, p. 60). Desde o Setecentos, a praça foi ocupada por diferentes tipos sociais e acolheu as principais celebrações dos calendários religioso e civil. Ali se realizaram, por exemplo, os festejos da Semana Santa, das vésperas de Natal, do Ano Bom e do Dia de Reis, organizados pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, além de, já no final do século XIX, servir também de espaço para as festividades carnavalescas promovidas pelos foliões da cidade¹.

Anualmente, a Festa do Rosário ocupava o largo nos meses de outubro ou novembro. Sua dimensão religiosa era composta, em geral, por missas cantadas, novenas e procissões. A celebração incluía também o reinado negro, ou congada, barracas de comidas e bebidas, além de um variado repertório de divertimentos profanos, como peças teatrais, apresentações de “teatrinho de bonecos”, números de mágicos, melodramas, comédias e cantorias, sempre acompanhadas por bandas de música. Ao longo da década de 1880, a festa passou a incorporar de modo mais explícito as reivindicações do abolicionismo popular local. Em 1887, por exemplo, além da montagem e exibição de peças de temática abolicionista, como *A vingança do escravo*, que, segundo a imprensa, naquela ocasião foi “representada exclusivamente por atrizes e atores da raça” (Festa [...], 1887, p. 2), o tradicional reinado também cantou e dançou em defesa da abolição, acionando os múltiplos significados que esse movimento político assumia em termos das possibilidades de exercício de outras dimensões da liberdade para as populações negras.

Ainda que não seja possível avaliar de modo mais aprofundado os significados atribuídos pelos participantes aos cantos, às danças e aos rituais que integraram a Festa do Rosário de 1887 – e, certamente, de outros anos –, essa limitação nos impede apenas de avançar em uma discussão mais detida sobre as características daquilo que tanto a imprensa quanto a documentação produzida pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário designaram como reinado. Isso não invalida, contudo, a interpretação de que tal manifestação incorporou às suas performances as experiências das lutas travadas pelas populações negras em defesa de suas concepções e formas de vida em liberdade. Essas experiências foram forjadas no interior da dinâmica do abolicionismo e do progressivo desmoronamento da instituição escravista, em curso em Sabará ao longo da década de 1880².

O padre Francisco de Almeida, um dos participantes da Festa do Rosário de 1887, afirmou que “a celebração apreciou as coisas urgentes [da] civilização [que eram] combater, a todo o es-

¹ A importância social do largo do Rosário, atualmente praça Melo Viana, manteve-se ao longo do século XX. Nesse espaço foram posteriormente construídos e instalados o prédio do Fórum, a Escola Normal Delfim Moreira e a Escola Estadual Zoroastro Viana Passos. De acordo com memorialistas locais, desde o século XIX o largo já era considerado um dos principais circuitos culturais da cidade de Sabará (Almeida, 2010, p. 60; Machado, 1999, p. 319).

² Segundo a historiografia recente, o reinado é compreendido como uma estrutura ampla e complexa, que abarca diferentes guardas ou grupos e uma variedade de rituais de devoção e de festa. Desses rituais fazem parte, por exemplo, a congada ou o congado, termos que designam tanto a celebração quanto as próprias guardas do congo. Nesse arranjo, distinguem-se guardas de congo, de moçambique, de marujo, de catopê, de caboclinho, de vilão, entre outras, as quais, embora compartilhem costumes e tradições comuns, apresentam danças, cantos, instrumentos musicais e vestimentas específicas (Monteiro, 2016). Embora as memórias coletivas dos atuais reinados e congados frequentemente construam imaginários que vinculam tais rituais a um passado remoto e a eventos históricos contínuos, é difícil, sobretudo à luz dos registros disponíveis, confirmar a permanência de determinadas formas de celebrar e cultuar os reinados ou congados. Para Kiddy (2005), são justamente as transformações e a capacidade constante de reinvenção dessas manifestações culturais que explicam sua continuidade até os dias atuais.

forço, a instituição da odiosa escravidão” (Festa [...], 1887, p. 2). Ainda que não ofereça maiores detalhes, o testemunho do sacerdote sugere que os participantes do reinado realizaram releituras de um de seus principais símbolos: a rememoração do mito fundador da cristianização do reino do Congo nos séculos passados. Tal referência foi incorporada às experiências concretas das lutas por formas de viver em liberdade no interior daquela sociedade escravista. Os significados simbólicos desses gestos políticos foram múltiplos, mas um deles se destacou de modo particular: a forma original pela qual a abolição foi pensada e interpretada pelas populações negras e, por extensão, os debates em torno da liberdade jurídica, da igualdade formal e dos direitos civis. Para Albuquerque (2009, p. 200), indivíduos e grupos negros mobilizaram essas ocasiões para formular leituras “sobre como o passado africano estava compondo as suas experiências em relação aos estigmas do escravismo e aos limites da cidadania negra”.

As aspirações por respeito, igualdade de tratamento e de oportunidades para as populações negras, expressas a partir da politização da abolição, não passaram despercebidas às avaliações formuladas por setores das classes dirigentes. Um observador anônimo publicou na imprensa suas impressões sobre a festa realizada em 1887, afirmando que “os negros dança[ram], ao som confuso dos caxambus e xique-xiques, o bárbaro costume da congada [e] transform[aram] o largo [do Rosário] em espaço de realização das primitivas manifestações da gente da senzala” (Costumes [...], 1887, p. 2). Embora a condenação e a perseguição às festas promovidas pelas irmandades negras não fossem uma novidade nas trajetórias dessas populações, como já destacou a historiografia, no caso específico de Sabará foi a partir da consolidação do abolicionismo popular que se observou um recrudescimento mais sistemático da intolerância dirigida às festas negras.

Essa crescente hostilidade esteve diretamente relacionada aos significados políticos atribuídos pelas populações negras à abolição, em um cenário marcado pela desestruturação do regime escravista. Segundo Abreu (2018, p. 134), “naquele contexto, em que o direito à cidadania e à igualdade foi profundamente influenciado pelas teorias raciais e racistas de exclusão das gentes negras, as suas celebrações e manifestações foram lidas como inferiores, inaptas e desajustadas ao projeto de sociedade pensado pelas elites”. As classes dirigentes em Sabará sabiam que a Festa do Rosário possuía potencial para disseminar, entre distintos estratos da população, a força e o prestígio de sua irmandade, bem como de seus projetos de igualdade política e de construção de uma ordem livre do escravismo. Não por acaso, tais celebrações constituíram canais relevantes de expressão daquilo que seus participantes compreendiam como formas legítimas de participação política.

A imprensa local, por exemplo, reconheceu que se tratava de uma festividade de caráter popular, compartilhada por diferentes estratos sociais. Foi o que se observou nos festejos de 1888, quando, embora “se realiz[assem] unicamente novenas, missas rezadas e terço”, ainda assim “destac[ou]-se a presença de famílias e grande ajuntamento de povo, bem como representantes de todas as classes” (Festa [...], 1888, p. 2). No ano seguinte, por sua vez, segundo os jornais, houve “missa e novena com música” (Solenidade [...], 1889, p. 1). As festas do Rosário, entretanto, foram mais plurais e diversas do que sugerem essas notícias. Talvez por receio dos impactos que uma divulgação mais detalhada e abrangente desses eventos pudesse produzir na definição e no ordenamento das relações sociais, em um contexto marcado pela abolição da escravidão e pela crise do regime monárquico, a imprensa local optou por divulgar as programações das festas do Rosário de forma pontual e concisa.

A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário não poupou investimentos na promoção de suas festas, concebidas como espaços fundamentais de expressão política das sociabilidades por ela articuladas. Em outubro de 1888, a confraria solicitou à Câmara Municipal licença para “montar um coreto no largo [do Rosário], onde [se] armar[ia] palanque para leilão de prendas, bandeiras, fogo de artifício, barracas de comida, jogos públicos e banda de música”, visando à “perfeita realização [daquela] antiga tradição herdada [de seus] antepassados” (Irmandade, 1888, n.p.). Na perspectiva de seus participantes, registrar tradições e vivências por meio das festas constituía uma forma de instituir lugares de memória, razão pela qual se reconhecia nelas uma “antiga tradição dos antepassados”. Como observou Abreu (2018, p. 134), “a realização de festas, conforme seus próprios costumes, foi uma das mais importantes reivindicações das gentes de cor nas suas lutas por autonomia e liberdade”. No caso dos festeiros do Rosário de Sabará, percebe-se um esforço deliberado em transformar a sua festa em uma elaboração criativa capaz de, no imediato pós-abolição, estabelecer diálogos entre as formas de festejar e os elementos culturais presentes nas culturas negras da cidade.

Na festa realizada em 1890, os próprios confrades registraram na documentação da irmandade que “foi muito apreciada [e] todos bailaram ao som dos tambores, pandeiros, tambaques e mutungos [berimbau] da congada” (Irmandade, 1890, n.p.). Nesse mesmo ano, a confraria adquiriu, na Casa Carlos Guilherme de Athayde, conhecida loja carioca especializada em instrumentos musicais, “um jogo completo de instrumentos de sopro, atabaque, canzá, chocalhos e violão” (Irmandade, 1890, n.p.). À primeira vista, tal aquisição poderia ser interpretada como uma ação meramente administrativa. Contudo, a iniciativa teve significados mais amplos. Ao longo da década de 1890, a presença do reinado da Irmandade do Rosário tornou-se frequente nas festas do 13 de Maio e no carnaval. Essas formas de expressão, inexistentes em períodos anteriores, evidenciavam que os contemporâneos as compreendiam como parte significativa de uma manifestação cultural fundada em uma tradição de valores, crenças, símbolos e ritos associados à Festa do Rosário, ainda que dotada de sentidos próprios.

As populações negras, assim como outros sujeitos sociais, adotaram maneiras próprias de encarar e interpretar suas festas, o que as transformava continuamente em espaços de sociabilidades, disputas e tensões, mas, sobretudo, de polifonia e diversidade de percepções, vivências e sensibilidades. No caso da Festa do Rosário de Sabará, seus participantes fizeram das celebrações, em especial do reinado, um espaço de debate acerca de aspirações por igualdade formal, em um contexto marcado por profundas transformações nas relações sociais. Desse modo, além de promover mecanismos de valorização das expressões culturais de seus participantes, a festa converteu-se também em um importante canal de expressão dos conflitos políticos, bem como das expectativas, esperanças e projetos dos seus participantes.

Em razão da dimensão social da ação política elaborada por indivíduos e grupos vinculados às populações negras – entre os quais se encontrava, certamente, um número expressivo de pessoas libertas – por meio das festas do Rosário, setores das classes dirigentes sentiram-se profundamente incomodados. A condenação das festas negras e, de modo particular, do reinado, em Sabará, esteve ligada menos à percepção de um suposto desajustamento dessas celebrações em uma sociedade que se pretendia republicana e civilizada e mais ao seu potencial de afirmação política das populações negras, expresso na reivindicação do direito às próprias formas de devoção, sociabilidade e diversão. Em outros termos, não era a festa em si que incomodava as

elites, mas os significados políticos que seus participantes lhe atribuíam e que, por essa razão, deveriam ser condenados e combatidos.

13 de maio... o “dia da liberdade”

Ao ocupar as ruas e organizar festas orientadas por um projeto pautado em ideias de igualdade de direitos, as populações negras politizavam suas práticas culturais e demarcavam publicamente o seu lugar naquela sociedade. Esse posicionamento provocou reações hostis por parte das elites, incomodadas com a contestação dos códigos e das hierarquias sociorraciais vigentes. Como estratégia de deslegitimação, lançaram mão da depreciação e da condenação das festas e celebrações negras. Foi o que se observou em 1894, no sexto aniversário da Abolição. Naquele ano, o 13 de Maio foi marcado por uma programação extensa e diversificada. Segundo a imprensa, o evento contou com “missa em memória dos abolicionistas na igreja do Rosário”, “*meeting* e discursos dos sócios da União Operária Sabarense”, além do desfile do reinado, que percorreu o largo do Rosário “com precisão e garbo”. Militantes abolicionistas e republicanos, como o operário Eduardo Cruz, pronunciaram-se “em nome da União Operária” sobre o 13 de Maio e seus significados políticos para a organização da nova sociedade então em construção (13 de Maio, 1894, p. 1).

Episódios como esse evidenciam que as disputas em torno do 13 de Maio não foram inauguradas com sua institucionalização como feriado nacional. Antes mesmo de sua inclusão no calendário oficial do Estado republicano, por meio do Decreto nº 155-B, de 14 de janeiro de 1890, a data já era objeto de intensas e variadas apropriações políticas, sobretudo por parte de grupos das populações negras, geralmente fora de qualquer chancela estatal (Lucindo, 2022). Os anos imediatamente posteriores à abolição, tanto no Império quanto na República, foram decisivos na formação de um imaginário em torno do 13 de Maio e dos sentidos políticos vinculados à sua celebração, disputada por diferentes grupos sociais com finalidades diversas. Certamente, essas formas de apropriação e instrumentalização da celebração apresentavam significados distintos para diferentes segmentos da sociedade, não se tratando, portanto, de uma comemoração vivida de maneira harmônica ou coesa pela população em geral (Gomes, 2005 e 2011; Miranda, 2018).

No contexto da celebração do 13 de Maio de 1894, em Sabará, um de seus oradores afirmou em discurso que qualquer proposta de sociedade republicana que não tivesse a igualdade racial como premissa seria falaciosa. Nessa perspectiva, declarou que “o 13 de maio... o dia da liberdade [era] mais um apelo ao cumprimento dos deveres que o patriotismo [impunha], do que um grito de animação aos malfadados e enganosos sentimentos da fraternidade dos brasileiros que, bem sab[ia-se], ainda não [os] reg[iam]” (13 de Maio, 1894, p. 1). Por meio da missa, do *meeting*, dos discursos e da exibição do reinado da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, os participantes dessa celebração do 13 de Maio afirmaram que o reconhecimento da igualdade racial, entendida como forma de participação política, constituía a chave para a superação definitiva da ideologia do escravismo e para a construção de uma sociedade efetivamente livre, republicana e fraterna no Brasil. Celebrar o 13 de Maio sob essa ótica revelava, assim, o interesse de seus participantes na elaboração de identidades políticas e em processos de identificação racial entre distintos estratos das populações negras, com vistas à formulação de projetos de reposicionamento na comunhão nacional.

Foi no embate em torno da apropriação política do 13 de Maio pelas populações negras que se delineou a postura ambígua do Estado, tanto no período imperial quanto no republicano, em seus diferentes níveis de atuação, mais atento aos usos políticos da efeméride do que à sua inscrição formal no calendário cívico. Em consonância com essa orientação, a imprensa oficial e os grandes jornais, comprometidos com o esforço de esvaziar o caráter cívico e reivindicativo da data, limitaram-se, em geral, à divulgação de informações meramente descritivas, evitando explicitar a dimensão política e os significados sociais que as celebrações do 13 de Maio foram adquirindo, ano após ano, entre parcelas das populações negras e de camadas despossuídas (Moraes, 2023)

No caso de Sabará, foram os “republicanos moderados”, como assim se autodenominavam e declaradamente opositores do projeto de sociedade formulado por indivíduos e grupos das populações negras, que deixaram registros mais explícitos de sua contestação na imprensa. Esses agentes mobilizaram o associativismo, por meio do Clube do Partido Moderador e do jornal *O Rio das Velhas*, como espaço de disputa política e simbólica em torno dos sentidos da Abolição. No seu jornal, empenharam-se em construir imagens negativas da festa do 13 de Maio de 1894 promovida pelas populações negras, com o objetivo de desqualificar e deslegitimar seus significados políticos. Tudo aquilo que pudesse ser interpretado como expressão do que os republicanos conservadores denominaram “atentado à moral pública” foi reiteradamente enfatizado na cobertura. Nesse sentido, um artigo anônimo condenou as “cenas de horror que tiveram lugar na cidade pela festa do dia que deveria ser da fraternidade”, como, por exemplo, a “grande desordem entre dois indivíduos de nacionalidade italiana que se achavam embriagados”. A notícia afirmou ainda que “a festa [era] foco do vício da jogatina” e palco da exibição da “torpe herança do primitivo passado colonial”, personificada pelo reinado (Dia Inglório, 1894, p. 1).³

Naquela ocasião, os integrantes do reinado do Rosário, que o jornal fez questão de denominar “libertos” – naturalizando a ideia de que o passado das populações negras se resumia unicamente à experiência da escravidão –, “se exib[iram] pelo largo com vestuário à fantasia, calções de veludo, mantos de cetim, capacetes, luvas de algodão, lanças, espadas, guizos e chocalhos” (Dia Inglório, 1894, p. 1). Mais uma vez, as populações negras elaboraram narrativas nas quais articularam suas crenças e devoções religiosas a visões de mundo e a leituras compartilhadas de valores, expectativas e esperanças. Nesse contexto, o reinado surgia como um repertório simbólico capaz de exprimir formas específicas de comportamento coletivo e de ação política. Justamente por essa razão, o artigo enfatizou a necessidade da adoção de “medidas indispensáveis visando a supressão da festa”, uma vez que ela “não [devia] ter mais lugar [naquela] civilização republicana” (Dia Inglório, 1894, p. 1).

Para além do desprezo e da condenação das práticas e manifestações culturais negras, o artigo produzido pelos monarquistas conservadores consistia também em uma tentativa deliberada de apagar e invisibilizar a atuação política das populações negras nas mobilizações que levaram ao fim da escravidão. Em outros termos, esses estratos das elites dirigentes colocavam em cena um modelo alternativo de nação, no qual não cabiam debates acerca da igualdade formal nem do reconhecimento dos direitos civis para amplos grupos da população. Pretendia-se,

³ Em geral, os artigos publicados em *O Rio das Velhas* não eram assinados, como ocorreu também no caso da matéria referente ao 13 de Maio de 1894. Ainda assim, é plausível supor que seus redatores-chefes, Carlindo Pinto e Alípio Alves de Mello, tenham sido os responsáveis pelo noticiário. No que diz respeito à briga ocorrida durante a festa, os dois italianos envolvidos foram o pedreiro Severino Norza e o mestre de obras José Boggio, ambos trabalhadores da Estrada de Ferro Central do Brasil e sócios da União Operária Sabarense.

assim, relegar as lutas negras por igualdade e cidadania a um passado remoto e quase mítico dos arcaicos “tempos da escravidão”, esvaziando seu significado político naquele presente. De forma mais ampla, as disputas em torno da celebração do 13 de Maio de 1894 em Sabará evidenciam os distintos sentidos atribuídos à efeméride por diferentes indivíduos, grupos sociais e instituições, revelando-a como um espaço privilegiado de confronto entre projetos concorrentes de liberdade, cidadania e pertencimento nacional.

A instituição do feriado de 13 de Maio pelo governo provisório, em 1891, buscou atribuir às autoridades republicanas um protagonismo na promulgação da Lei da Abolição, ao mesmo tempo em que propunha uma reinterpretação do passado escravista brasileiro sob a chave do silenciamento e do esquecimento. Nesse sentido, as elites políticas acreditaram ser possível diluir a centralidade da escravidão e de seus símbolos por meio da criação de uma data comemorativa dedicada à fraternidade e à união dos brasileiros, esvaziada de marcadores raciais explícitos. Esse projeto político, conduzido pelas classes dirigentes e pelas elites intelectuais, foi mais complexo e deliberado do que à primeira vista poderia parecer. Fundamentava-se na ideia de que os brasileiros, independentemente de sua origem racial ou étnica, deveriam orientar-se por aspirações cívicas, e não raciais, na construção de sua identidade como cidadãos republicanos. Essa concepção constituiu, em essência, o princípio orientador da lei que transformou o 13 de Maio em dia da fraternidade dos brasileiros.

Apesar do esforço estatal de enquadrar o 13 de Maio como uma data cívica esvaziada de referências raciais explícitas, as ideias mobilizadas pelas celebrações da efeméride mostraram-se passíveis de múltiplas apropriações. Em sua diversidade de experiências, o 13 de Maio assumiu, no interior das expectativas das populações negras, formas variadas e atendeu a propósitos distintos. Na condição de festa cívica, a data não apenas suscitou debates sobre a natureza do povo brasileiro e da nação republicana recém-estabelecida, mas também colocou em pauta os sentidos de cidadania e os direitos civis e políticos em formulação nos primeiros anos do pós-abolição. Tratava-se, assim, de uma forma ritualizada de ação política que expressava não apenas os significados atribuídos ao 13 de Maio em seus primeiros tempos, mas que também produzia noções específicas de pertencimento, vinculadas a projetos de ativismo racial e à elaboração de uma memória coletiva negra sobre a abolição da escravidão e seus desdobramentos como acontecimento histórico e político.

Nos primeiros anos de vigência do regime republicano, era de conhecimento amplo a relevância do papel desempenhado pelas populações negras nos movimentos abolicionistas. Justamente por isso, tornou-se fundamental para as classes dirigentes acionar o discurso da fraternidade racial como estratégia para evitar possíveis conflitos em torno das ideias de raça que circulavam naquele contexto. Tal estratégia integrou o que Fischer, Grinberg e Mattos (2018) denominaram de “ética do silêncio”, mobilizada pelas elites e pelo Estado como um dos fundamentos para a construção da sociedade brasileira no pós-abolição, deliberadamente dissociada das marcas formais da escravidão, tanto em termos sociais quanto econômicos. No caso de Sabará, o contradiscurso de monarquistas e republicanos conservadores às manifestações políticas presentes nas festas promovidas pelas populações negras teve como objetivo central conter qualquer possibilidade de efetivação de medidas reformistas iniciadas com a Abolição, como o direito à participação desses sujeitos na institucionalidade política e na definição dos rumos da nação.

As festas do “dia da liberdade”, embora não se restringissem a essa data, constituíram momentos privilegiados de elaboração, por diferentes grupos sociais, de narrativas históricas sobre o passado e o futuro da sociedade brasileira. As classes dirigentes e as elites intelectuais, por sua vez, acionaram distintos mecanismos de produção do esquecimento, seja ao evitar a abordagem do 13 de Maio na imprensa e ao não promover celebrações oficiais da data, seja ao desqualificar os festejos organizados por outros grupos, especialmente pelas populações negras. Esse silêncio em torno dos sentidos do 13 de Maio não foi uma particularidade de Sabará, mas integrou a cultura política republicana do pós-abolição em diversas regiões do país. Fraga Filho (2020, p. 239), por exemplo, observou que, na Bahia, “as autoridades republicanas procuraram esvaziar o 13 de maio de seu sentido reivindicativo e cessar a possibilidade de se tornar a grande data nacional. Afinal, a abolição foi a maior e derradeira realização da monarquia”. Como consequência desse processo, que o autor definiu como um “esfriamento do entusiasmo popular”, “nos anos imediatos à abolição, o 13 de maio ganhou a condição de feriado nacional, mas perdeu em brilho e entusiasmo popular” (Fraga Filho, 2020, p. 239).

No estado de São Paulo, região marcada por uma expressiva tradição de associativismo negro, Lucindo (2020, p. 180) observou que “as populações negras comemoraram o 13 de maio ao longo da década de 1890, mas a imprensa hegemônica silenciou sobre essas celebrações, já que não as reconhecia como legítimas e, por isso, criou-se e se difundiu a narrativa, bem como o mito, de que a data passava despercebida”. As experiências vivenciadas pelas populações negras em Sabará não foram distintas. Mesmo a imprensa considerada “progressista” e, em determinados momentos, alinhada às demandas do associativismo negro e dos trabalhadores – como *A Folha Sabarense* e *O Contemporâneo* – nem sempre veiculou notícias sobre as festas do “dia da liberdade” organizadas por diversos estratos das populações negras.

Enquanto os jornais conservadores silenciaram sobre as festas da Abolição com o propósito explícito de esvaziar seus sentidos políticos e sua capacidade de mobilização pública, a imprensa considerada “simpatizante” da causa passou a elaborar uma narrativa na qual a efeméride do 13 de Maio deveria ser lida menos como uma bandeira de luta em uma sociedade livre e republicana e mais como metáfora de um passado distante e superado. Essa perspectiva foi assumida pelo jornal *O Contemporâneo*, que, em 13 de maio de 1895, registrou em suas páginas que “[aqueles] novos tempos riscar[iam] a página vil da escravidão do livro da história. A aurora da nova idade [era] de espírito livre e republicano [e] não [se] lançar[ia] aos faustos do futuro o passado triste de uma instituição ignominiosa, último laço que ligava o Brasil ao tempo das trevas” (13 de Maio, 1895, p. 1).

Evidentemente, esse posicionamento de *O Contemporâneo* não se confundia com as opiniões conservadoras das elites dirigentes, nem tampouco buscava deslegitimar a centralidade da Abolição e do 13 de Maio nas lutas negras por igualdade política e social. Seu ponto de vista esteve antes associado à tentativa de legitimar um determinado modelo de republicanismo como um dos significados políticos das festas da Abolição, em um contexto no qual a própria instituição republicana ainda enfrentava dificuldades para se afirmar como regime político. Em meio a essas dinâmicas, as populações negras em Sabará transformaram suas festas – neste caso, o “dia da liberdade” – em espaços de disputa e de exercício daquilo que compreendiam como condição de cidadania. Essa apropriação foi fundamental para que o que Abreu e Viana (2019) denominaram de “direito de festejar” se tornasse, de fato, uma garantia na vida desses sujeitos. Assim, as festas abriram possibilidades para o exercício de outras dimensões da cidadania, como

o direito à cidade e o acesso aos “códigos da cultura das ruas”, na expressão de Albuquerque e Sampaio (2021, p. 51).

As disputas em torno das festas do “dia da liberdade” em Sabará evidenciam, portanto, que o 13 de Maio não pode ser compreendido apenas como uma data cívica esvaziada, nem como um marco consensual da abolição formal da escravidão. Ao contrário, tratou-se de uma manifestação cultural privilegiada de embate entre projetos distintos de direitos de cidadania, pertencimento político e memória da abolição. Enquanto setores das elites e do Estado buscaram enquadrar a efeméride nos marcos de uma fraternidade abstrata e no silenciamento das hierarquias raciais e de seus decorrentes marcadores de diferença, as populações negras se apropriaram das celebrações como arenas de ação política, de afirmação identitária e de reivindicação de direitos. É a partir dessa tensão, vivenciada nas ruas, nas festas e nas sociabilidades associativas, que se torna possível compreender os significados mais amplos das festas negras no imediato pós-abolição, tema que orienta as considerações finais deste artigo.

Considerações finais

A análise das festas negras a partir das experiências do associativismo negro possibilitou problematizar a historicidade dessas manifestações, bem como os significados culturais e os sentidos políticos que elas assumiram em diferentes contextos do imediato pós-abolição. Em Sabará, as celebrações do 13 de Maio e as festas religiosas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário evidenciaram que tais manifestações culturais se constituíram em espaços privilegiados de elaboração de sociabilidades, de construção de identidades e de formulação de projetos políticos por parte das populações negras. Longe de assumirem sentidos unívocos ou totalizantes, essas festas foram vivenciadas de maneira plural e polifônica por seus participantes, articulando crenças religiosas, tradições culturais, expectativas de liberdade e reivindicações por direitos, em um contexto marcado pela desestruturação do regime escravista e pelas disputas em torno da consolidação da ordem republicana.

Dessa perspectiva, as festas negras deixam de ser compreendidas como simples instrumentos de dominação ou de alienação e passam a ser concebidas como campos simbólicos conformados por mecanismos disciplinares, por múltiplas formas de representação social e por dinâmicas diversas de exercício de poder. As disputas em torno dos sentidos do 13 de Maio em Sabará revelaram, de um lado, os esforços das elites políticas, do Estado e da imprensa em esvaziar o caráter reivindicativo da efeméride, acionando discursos de fraternidade abstrata, de silenciamento das hierarquias raciais e de deslegitimação das manifestações culturais negras. De outro, evidenciaram as estratégias pelas quais indivíduos e grupos das populações negras se apropriaram dessas celebrações como arenas de ação política, de afirmação identitária e de exercício do que compreenderam como condição de cidadania, formulando leituras próprias sobre a abolição, a liberdade jurídica e a igualdade formal. Nesse sentido, o estudo das festas negras em Sabará permite compreender como o direito de festejar constituiu uma dimensão fundamental das lutas por participação política, pertencimento identitário e reposicionamento social no pós-abolição.

REFERÊNCIAS

Fontes

13 DE MAIO. **O Contemporâneo**. Sabará, 23 maio 1895, p. 1.

13 DE MAIO. **O Contemporâneo**. Sabará, 27 maio 1894, p. 1.

AS FESTAS pela Abolição. **A Folha Sabarense**. Sabará, 27 maio 1888, p. 1.

COSTUMES populares. **A Província de Minas**. Ouro Preto, 18 nov. 1887, p. 2.

DIA INGLÓRIO. **O Rio das Velhas**. Sabará, 9 jun. 1894, p. 1.

FESTA do Rosário. **A Folha Sabarense**. Sabará, 4 nov. 1888, p. 2.

FESTA do Rosário. **A Folha Sabarense**. Sabará, 30 out. 1887, p. 2.

HOMENAGEM ao povo brasileiro. **A Folha Sabarense**. Sabará, 20 mai. 1888, p. 1.

IRMANDADE DE N. S. DO ROSÁRIO. **Livro de Atas da Irmandade de N. S. do Rosário de Sabará (1878-1893)**. [manuscrito]. Sabará: Irmandade de N. S. do Rosário, 1888.

IRMANDADE DE N. S. DO ROSÁRIO. **Livro de Atas da Irmandade de N. S. do Rosário de Sabará (1878-1893)**. [manuscrito]. Sabará: Irmandade de N. S. do Rosário, 1890.

SOLENIDADE religiosa. **A Folha Sabarense**. Sabará, 03 nov. 1889, p. 1.

Bibliografia

ABREU, Martha. Canções escravas. *In*: SCHWARCZ, Lília; GOMES, Flávio (org.). **Dicionário da escravidão e liberdade**: 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 130-136.

ABREU, Martha. **Da senzala ao palco**: canções escravas e racismo nas Américas, 1870-1930. Campinas: Editora da UNICAMP, 2017.

ABREU, Martha. **O império do Divino**: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

ABREU, Martha; VIANA, Larissa. Festa e cidadania (séculos XIX e XX). *In*: MAGALHÃES, Marcelo de Souza; ABREU, Martha; TERRA, Paulo Cruz (org.). **Os poderes municipais e a cidade**: Império e República. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019. p. 253-277.

ABREU, Martha; XAVIER, Giovana; MONTEIRO, Lúvia; BRASIL, Eric (org.). **Cultura negra**: festas, carnavais e patrimônios negros. Niterói: EDUFF, 2018. 2vls.

ALBUQUERQUE, Wlamyra. **Algazarra nas ruas**: comemorações da Independência na Bahia (1889-1923). Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

ALBUQUERQUE, Wlamyra. **O jogo da dissimulação**: abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALBUQUERQUE, Wlamyra; SAMPAIO, Gabriela. **De que lado você samba?** Raça, política e ciência na Bahia do pós-abolição. Campinas: Editora da UNICAMP, 2021.

ALMEIDA, Lúcia Machado de. **Passeio a Sabará**. 2.ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. **“Não tá sopa”**: sambas e sambistas no Rio de Janeiro, 1890-1930. Campinas: Editora da UNICAMP, 2016.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. Apresentação. *In*: CUNHA, Maria Clementina Pereira (org.). **Carnavais e outras f(r)estas**: ensaios de história social da cultura. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002. p. 11-26.

FISCHER, Brodwyn; GRINBERG, Keila; MATTOS, Hebe. Direito, silêncio e racialização das desigualdades na história afro-brasileira. *In*: ANDREWS, George Reid; FUENTE, Alejandro de la (org.). **Estudos afro-latino-americanos**: uma introdução. Buenos Aires: CLACSO, 2018. p. 163-217.

FRAGA FILHO, Walter. O 13 de maio e os embates da memória da Abolição. **Revista Nordestina de História do Brasil**, [S. l.], v. 2, n. 4, p. 221-241, 2020.

GOMES, Flávio. “No meio das águas turvas”: raça, cidadania e mobilização política na cidade do Rio de Janeiro (1888-1889). *In*: GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio (org.). **Experiências da emancipação**: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980). São Paulo: Selo Negro, 2011. p. 15-44.

GOMES, Flávio. **Negros e política (1888-1937)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

KIDDY, Elizabeth. **Blacks of the Rosary**: Memory and History in Minas Gerais, Brazil. University Park: Pennsylvania State University Press, 2005.

LUCINDO, Willian Robson Soares. A quem se deve a abolição: negros e as manifestações de 13 de maio em Campinas e Piracicaba (1888-1889). **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 49, p. 126-147, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2237-101X02304905>.

- LUCINDO, Willian Robson Soares. **Comemorações, cidadania e festas**: o associativismo negro em Piracicaba e Campinas nas três primeiras décadas do século XX. 2020. 276 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020.
- MACHADO, Maria de Lourdes Guerra. **Nas ruas de Sabará**. Belo Horizonte: Consórcio Mineiro de Comunicação, 1999.
- MIRANDA, Clícea. Memórias e histórias da Guarda Negra: verso e reverso de uma combativa organização de libertos. In: MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo; CASTILHO, Celso (org.). **Tornando-se livre**: agentes históricos e lutas sociais no processo de Abolição. São Paulo: EDUSP, 2018. p. 369-384.
- MONTEIRO, Livia Nascimento. **“A Congada é do mundo e da raça negra”**: memórias da escravidão e da liberdade nas festas de Congada e Moçambique de Piedade do Rio Grande, MG (1873-2015). 2016. 265 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.
- MORAES, Renata Figueiredo. **As festas da abolição no Rio de Janeiro (1888-1908)**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2023.
- RASCHE, Karla Leandro; PINHEIRO, Lisandra B. Macedo (org.). **Festas da diáspora negra no Brasil**: memória, história e cultura. Porto Alegre: Pacartes, 2016.
- REGINALDO, Lucilene. **Os rosários dos angolas**: irmandades de africanos e crioulos na Bahia setecentista. São Paulo: Alameda, 2011.
- RIBEIRO, Mário; COSTA, Valéria (org.). **Festas de pretos**: celebrações, formas de expressão e algazarras da população negra no Brasil. Recife: Ed. UFPE, 2024.
- RODRIGUES, André Figueiredo; SILVA, Lucia Helena Oliveira (org.). **Festas**: práticas de sociabilidade e diversidade no Brasil. São Paulo: Humanitas, 2020.
- VARGAS, Giane; DOMINGUES, Petrônio (org.). **Clubes negros nas Américas**. São Paulo: Editora Dandara, 2025.